

## Práticas e discursos: ensino da arquitetura militar e o governo do Rio de Janeiro (1700-1750)

Practices and discourses: teaching of military architecture and the government of Rio de Janeiro (1700-1750)

**Luiza Nascimento de Oliveira Silva**

Doutora em História

Universidade Federal do Rio de Janeiro

lujonascimento@gmail.com

**Recebido em:** 02/07/2019

**Aprovado em:** 26/08/2019

**Resumo:** Com vistas à compreendermos os discursos, as práticas e as ações dos engenheiros militares, como um grupo social fortalecido e em ascensão, enviados por Portugal para construir a defesa da cidade do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XVIII, um de nossos objetivos é esmiuçar qual foi a relação entre a produção intelectual acerca da defesa e os aspectos políticos, sociais e culturais da sociedade de Antigo Regime. Estamos abordando o tema do ensino de um saber. Então, é preciso refletir sobre quais foram as suas implicações para a história da educação colonial. Com isso, as práticas culturais oriundas da interseção entre o ensino da arquitetura militar e as ações defensivas serão pontuadas. A ideia é analisar a produção de conhecimento para a defesa da cidade do Rio de Janeiro através dos recursos e das estratégias que eram utilizados para a administração portuguesa. Para tanto, os conceitos que são de maior relevância na educação dos engenheiros merecem ser cotejados para que possamos compreender quais eram as diretrizes político-sociais que fomentavam e eram fomentadas por esse saber.

**Palavras-chave:** Ensino da arquitetura militar; Governo; Rio de Janeiro.

**Abstract:** In order to understand the discourses, practices and actions of military engineers, as a strengthened and rising social group sent by Portugal to build the defense of the city of Rio de Janeiro in the first half of the eighteenth century, one of our objectives is to analyze the relationship between the intellectual production of defense and the political, social, and cultural aspects of the *Ancien Regime* society developed in the city of Rio de Janeiro in the eighteenth century. We are addressing the theme of teaching a knowledge. So it is necessary to reflect on what were its implications for the history of colonial education. With this, cultural practices originating from the intersection between the teaching of military architecture and defensive actions will be punctuated. The idea is to analyze the production of knowledge for the defense of the city of Rio de Janeiro through the resources and strategies that were used for the Portuguese administration. For this, the concepts that are of greater relevance in the education of the engineers deserve to be compared so that we can understand which were the political-social guidelines that fomented and were fomented by this knowledge.

**Keywords:** Teaching of military architecture; Government; Rio de Janeiro.

### **Acerca do ensino da arquitetura militar através de tratados para a elaboração de desenhos de plantas de fortificação**

Os principais tratados de arquitetura militar escritos em língua portuguesa, na primeira metade do século XVIII,<sup>1</sup> para além de informar sobre as técnicas do traçado e construção de fortificações, permitem a consideração de outros aspectos importantes, quais sejam, as relações entre a arquitetura militar e as estratégias para a manutenção do bom governo ou a *boa administração* de um Estado, podendo mesmo ser entendidos como textos com ensinamentos políticos. Esses textos possibilitam ainda a verificação da centralidade que a figura do rei, em particular a sua soberania sobre determinados espaços, assumiu nas reflexões sobre a importância da defesa para a manutenção do Estado.

Ao enunciarem as estratégias de domínio obtidas por possuírem o domínio das técnicas da arquitetura militar, os tratadistas ressaltam que o seu ensino era para a proteção do Estado e do Príncipe, pois o bom conhecimento da teoria e da prática da arquitetura militar seria a essência para a manutenção dos domínios de um soberano. Desse modo, é possível identificar e relacionar os seguintes temas: Estado, poder, ciência e manutenção do governo. Apesar do diálogo dos discursos ser, muitas vezes, com o Príncipe, o responsável pelas obras e pelos desenhos das plantas de fortificação era o engenheiro: importante personagem dessa cultura política. O seu trabalho deveria ser aplicar a arquitetura militar a partir de um conjunto de regras. A escolha da melhor opção de sítio, por exemplo, se dava a partir das possibilidades elencadas e explicadas, garantindo assim a eficácia da defesa e conservação do território e da proteção do monarca. Destacando o papel do engenheiro, como de quem conhece as técnicas, havia o reforço do vínculo do saber com a prática política, pois esses homens serviam ao Rei.

### **A arquitetura militar e a organização colonial**

A criação de cidades reais marítimas e fortificadas se constitui como indispensáveis, não apenas para a defesa, mas para a manutenção do próprio processo de colonização. A arquitetura militar é, nesse sentido, uma das bases de uma organização colonial específica. Maria Fernanda Bicalho (2003), ao estudar vários aspectos do Rio de Janeiro, dentre eles a sua formação física e estrutural, aponta para a vocação atlântica da cidade, com o comércio impondo uma urbe nas

---

<sup>1</sup> Nesse artigo, o objeto do estudo é o ensino da arquitetura militar de um modo geral, então, as características mais pontuais dos tratadistas e das suas obras foram cotejadas em outros trabalhos. Por isso, optamos por expor os tratados em conjunto. Para saber quais são eles, a lista encontra-se nas Referências Bibliográficas.

terras próximas ao porto, o que implicava na necessidade de proteção, sendo a defesa parte constitutiva do processo de formação da cidade.<sup>2</sup>

Importante é demonstrar como a defesa contra a ameaça externa não deixa de se relacionar com a defesa e a manutenção da ordem interna, porque a defesa contra perigos externos acarreta manutenção da segurança interna, mesmo que de forma simbólica. Para explicar o motivo desse medo interno, Silvia Hunold Lara (2007) destaca o significativo crescimento populacional da cidade, com maioria de negros, mulatos e pardos. Tal fato nos remete à necessidade de defesa e ordem interna, já que uma cidade povoada, em sua maior parte, por pessoas consideradas inferiores e apartadas da liberdade requer proteção de possíveis revoltas e rebeliões.

A ameaça constante dos inimigos franceses e tupinambás marcou a formação do Rio de Janeiro. Interessado nos recursos provenientes da região, Portugal ocupou-a com finalidade de proteção. “Não é outra a razão de, na encruzilhada de um partido urbanístico a ser tomado, ter prevalecido o viés militar da fortificação e da defesa; e, no planejamento das políticas e as ações públicas, ter dominado a preocupação com a segurança interna e externa da região”. (CAVALCANTI, 2004, p. 42)

É importante mencionar que os usos e costumes do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro eram regidos tanto por critérios e ordenações da Coroa Portuguesa, quanto pelas especificidades de sua condição colonial. Como monumentos da conquista, os fortes e as fortalezas estiveram ao lado da Igreja, da Casa de Misericórdia, da Câmara e do Pelourinho. A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro necessitava de defesa, sendo a questão da proteção um dos eixos de sua formação. Linhas e contornos são definidos pensando o melhor modo de se impedir invasores. Percebe-se, portanto, a intenção de fortificar, de proteger. Processo este alicerçado no conhecimento técnico-científico do que era produzido no período sobre a arte da defesa. E, apesar de Fernanda Bicalho (2003) indicar que a falta dos recursos necessários dificultara a correta aplicação do que as plantas de fortificação e os tratados de arquitetura militar indicavam como melhor opção de defesa, muitos desenhos foram sim edificados e discutidos, por exemplo, no âmbito do Conselho Ultramarino.

---

<sup>2</sup> Cf. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Encruzilhada do Império**: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c.1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

Adentrando um pouco mais na relação entre a administração da cidade e o ensino e a aplicação da arquitetura militar, é preciso frisar que a construção das cidades do Império português foi realizada a partir de alguns critérios, dentre eles, a engenharia militar e o interesse comercial. A função da cidade na América era de ser ponto de consolidação do território e do domínio luso devido às funções política, econômica e estratégica para o Império. Esses argumentos podem ser constatados por meio do cotejamento dos mecanismos políticos, jurídicos, administrativos, fiscais e militares desenvolvidos. Esse último ponto é o nosso objeto de interesse, de forma a perceber em que medida foram "transladados do reino para o ultramar" (BICALHO, 2003, p. 168), sem com isso se anular o processo de ressignificação local; adaptações das regras ensinadas a uma nova realidade.

Houve um desenvolvimento lógico para se adequarem aos objetivos concernentes à urbanização. O que aponta para o planejamento urbano rigoroso nas construções das cidades luso-americanas, com a reprodução dos modelos das cidades portuguesas.<sup>3</sup> Por isso, reforça-se a importância de se conhecer o ensino desenvolvido em Portugal para a defesa, ou seja, a arquitetura militar, as teorias que equiparam os engenheiros para a composição estrutural das cidades. Já que esse elemento defensivo norteou a urbanização das cidades portuguesas no ultramar, não apenas para a posse e defesa do território: as cidades foram motores do próprio processo de colonização, tendo os engenheiros militares como funcionários régios e do urbanismo.

As cidades lusas do além-mar obtiveram normas definidoras de seu traçado urbano. Ou seja, um desenvolvimento espacial à luz de condições políticas, econômicas e culturais, dentre as quais as possibilidades do ensino sobre a defesa, caracterizando a cultura política de defesa. Com isso, a criação de cidades reais pelos portugueses demonstra um "empenho urbanizador da coroa" (BICALHO, 2003, p. 174). Essas cidades fortificadas se constituíam em elemento indispensável na engrenagem do processo de colonização, e não só para a posse e defesa do território. Como o Estado – bases do núcleo de urbanização – e a fortificação deram origem ao urbanismo colonial português, não há como entender esse fenômeno por completo sem abordar os aspectos da ciência de defesa, com os seus ensinamentos. O que reforça a ideia de os engenheiros serem entendidos como funcionários do urbanismo, dotados de conhecimentos específicos para tal finalidade. É exatamente sobre essas minúcias que estamos nos atendo, e as relacionaremos com

---

<sup>3</sup> Cf. os trabalhos de Nestor Goulart Reis; Beatriz Bueno; Renata Araújo. Dentre outros.

a política de administração da América portuguesa para a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Nesses termos, a base do urbanismo colonial português esteve no encontro entre o conhecimento por experiência prática e o saber teórico das aulas de fortificação lisboetas. No Rio de Janeiro, cuja "experiência de um constante estado de sítio" forjou os projetos de seu urbanismo, houve o fomento no seu cotidiano e no imaginário social dessa dinâmica cultural. Isso ocorreu no período de ascensão da dita cidade em termos de importância para o Império português. A cidade era ponto de articulação de toda a região meridional do Império Atlântico português, possibilitando a circulação de ideias. Fatores que aumentavam o perigo de invasões e a necessidade de defesa. "Reiteradas foram as tentativas dos funcionários militares no reino e na colônia de encerrá-la sob fortalezas, trincheiras e muralhas". (BICALHO, 2003, p. 176 e 181)

Com as invasões francesas de 1710 e 1711, as fragilidades da defesa da cidade foram expostas. Um maior investimento no sistema protetivo era ainda mais necessário. Nesse período, "projetos de fortificações mais consistentes foram não só discutidos, mas ensaiados, solicitando a arte e a competência dos *funcionários do urbanismo* nos dois lados do Atlântico". (BICALHO, 2003, p. 186) Entre a expansão e as construções de fortalezas, os autores das plantas de fortificação "pensavam a defesa urbana por meio de um conjunto articulado de edificações". (BICALHO, 2003, p. 194) Bicalho, no entanto, declara que os planos de defesa foram frustrados. O que precisa ser observado com cautela porque as edificações defensivas, em especial as da entrada da barra da Baía de Guanabara e as do seu entorno, foram erguidas e merecem atenção quanto às teorias empregadas, para que se possa elucidar o processo de urbanização, bem como conhecer quem os idealizou e/ou aprovou.

Proteger e dominar eram sinônimos na administração do espaço físico, econômico e social da cidade. Confirmando o aumento de importância da cidade em tela para o processo de colonização e para o Império português, o Rio de Janeiro articulava toda a região Centro-Sul da colônia, quando o problema da preservação do território se acirrava. "A centralidade daquela cidade-porto não se impôs apenas por sua posição na colônia americana, mas em todo o Império português, e ainda no quadro da geopolítica ultramarina e colonial das demais potências europeias". (BICALHO, 2003, p. 85)

A configuração do espaço urbano colonial traduzia questões concernentes à fé e ao Império. O que também pode ser observado no ensino de defesa em relação a quais princípios

seguir. Fato que mais uma vez reforça a indispensável atenção que deve ser dada ao estudo das regras e técnicas da arquitetura militar. Por tudo isso, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro setecentista, como as demais do Império português, pode ser considerada como um "laboratório da aventura urbana e arquitetônica" por parte dos portugueses. (BICALHO, 2003, p. 240) Pode-se dizer, então, que se trata do quanto a dimensão da experiência esteve presente nessa sociedade. Como a experiência do medo que possuiu participação ativa na constituição da cidade do Rio de Janeiro: na estruturação de sua política e de sua prática colonizadora. A necessidade, a conveniência e a utilidade da defesa foram inseridas nessa dinâmica política, social e cultural.

### **Sobre a administração do Antigo Regime português e os significados políticos inseridos na educação de engenheiros**

Com a intenção de explorar o cenário político, social e cultural em que se identifica a cultura política de defesa, na cidade do Rio, faz-se necessário a discussão de alguns aspectos do Antigo Regime português. O conceito de Império é fundamental para a compreensão da administração da Coroa portuguesa na América, compondo, em um contexto mais amplo, as dimensões políticas e culturais da cidade do Rio de Janeiro como objeto de pesquisa: "o conceito e as dinâmicas do império a partir das noções de redes, conexões e das relações entre centro e periferia, poder central e poder local". (BICALHO, 2009, p. 91)

Charles Boxer (1969) e R. Wood (2014) apresentaram em seus trabalhos a noção de Império português relacionada à construção da soberania portuguesa no ultramar. É possível pontuar que esse conceito de Império está presente nos tratados de arquitetura militar e que foi resignificado nas plantas de fortificação na medida em que Império e soberania são dimensões marcadamente alargadas pela aplicação da ciência de defesa. Ao mobilizarem os discursos desse saber em textos (nos tratados e na documentação administrativa) e em imagens (nos desenhos de planta de fortificação), os engenheiros reforçam a pertinência dessa afirmação.

Com isso, as redes de poder do Império português podem ser estudadas pelo viés da defesa. O rei em busca de corroborar a sua soberania, participa da negociação quanto às propostas de defesa com a emissão de pareceres dos engenheiros da corte portuguesa. Ao mesmo tempo, os desenhos são confeccionados por outros profissionais enviados pela Coroa, que precisam se adequar às características locais. Mais uma vez, o que nos interessa é o tema da defesa através das formas geométricas a serem edificadas, ou seja, sobre qual era a lógica das confecções dos desenhos de plantas de fortificação. Uma espécie de configuração da dinâmica imperial através das trocas no processo de administração, no que concerne ao tema da defesa, em seu

aspecto da intenção da edificação, e não sobre, por exemplo, a movimentação de guerra ou acerca dos aspectos regimentais dos soldados.

No cenário administrativo, o papel da defesa através da aplicação da arquitetura militar ganhou força no final do século XVII e início do século XVIII, como no caso da cidade do Rio de Janeiro. A partir dos textos explicativos da ciência e dos desenhos de plantas de fortificação, um novo prisma de compreensão se impôs. As redes imperiais, ou apenas redes, entendidas como sistema de comunicação entre vários espaços, permite a exploração do circuito de relações e da circulação de informações entre o monarca e o engenheiro; entre o engenheiro e o Conselho Ultramarino; entre os governadores locais e os engenheiros na corte ou com o próprio rei. Os mecanismos das redes "permitiram não só a troca de mercadorias, mas também a difusão de ideias, comportamentos e valores, gerando uma circulação cultural que reforçava tanto a flexibilidade, quanto a solidez da rede" (BICALHO, 2009, p. 96). Observa-se, então, a circulação cultural do conhecimento de defesa através da rede imperial portuguesa, ou do Estado em rede.

Em relação à análise teórica e conceitual da linguagem política, o modo como os autores dos tratados de arquitetura militar expuseram e esmiuçaram as questões políticas, pôde ser observado através da lógica dos textos caracterizados como espelhos de Príncipe.<sup>4</sup> Quando, em suas aulas, Luiz Gonzaga<sup>5</sup> relacionava a prática da arquitetura militar com os seus conselhos ao Príncipe, observamos uma referência à linguagem política de ensino aos monarcas. Sua obra não é um espelho de Príncipe no sentido estrito, mas objetiva ensinar a prática de uma ciência que perpassou a instrução dos Príncipes, que articulou as ideias de governo e de defesa. A preocupação com a educação de um jovem "manifestava-se no surgimento de um novo gênero de reflexão moral e política, espécies de livros de conselhos destinados aos Príncipes, que se esmeravam em indicar a melhor educação para os que pudessem vir a desempenhar ofícios destacados" (BENTES MONTEIRO, 2002, p. 151).

Como o pensamento político renascentista foi balizado por questões, como a da virtude, pode-se afirmar que o conteúdo da obra de Gonzaga estava inserido nessa perspectiva. Ao

---

<sup>4</sup> Vale lembrar que são textos com o objetivo de explicar como o Príncipe deveria proceder, escritas nos séculos XVI ao XVIII.

<sup>5</sup> Autor do tratado de arquitetura militar "Exame Militar", Luiz Gonzaga nasceu em Lisboa, em 1666, e ingressou na Companhia de Jesus aos 17 anos. Já aos 20, lecionava Latim e estudava Filosofia na Universidade de Évora – curso que tinha a duração de quatro anos. Entre 1695 e 1699, enquanto aprendia teologia, lecionou ciências matemáticas no Colégio de Jesus. Em 1700, de volta a Lisboa, assumiu a regência da "Aula de Esfera" do Colégio de Santo Antão, de onde posteriormente seria reitor. Com Portugal envolvido na guerra de Sucessão da Espanha, Gonzaga recebeu ordens de D. Pedro II para ditar o tratado da arquitetura militar na referida Aula do Colégio de Santo Antão. Ensinou também no palácio real aos Príncipes D. João (futuro rei D. João V), D. Francisco e D. António. Morreu em 1747, aos 81 anos de idade.



argumentar por meio da honra, da glória e da fama do Príncipe em consonância às técnicas e aos preceitos da arquitetura militar, o autor está inserido na lógica do espelho de Príncipe. A estrutura de seu texto está, a todo o momento, retornando à ideia central de proteção do soberano, de manutenção de seu bom governo, ou de sua boa administração através dos referidos pilares – honra, glória e fama –, obtidos com a correta aplicação da ciência que ele ensina.

Importante elemento desse jogo de atitudes, e não apenas de palavras, é a dimensão da fortuna. Como circunstância imprevisível, a fortuna deveria ser administrada com a aplicação da arquitetura militar. A questão da fortuna aparece no texto do padre Gonzaga como elemento que comprovava a conveniência das fortificações para que um Príncipe fosse forte e poderoso. Esse autor lança mão do argumento de que se no Céu havia defesa, pelos seus muros e portas, quanto mais “nos Reinos por natureza militantes e guerreiros, e só por fortuna, e acaso triunfantes e vencedores”. A fortuna também deveria ser vencida pela praça fortificada “porque dado que na Campanha o favoreça a fortuna, na praça pode [o inimigo] esperar a desgraça” (GONZAGA, 1703, fol. 6 e 7). Luiz Gonzaga ainda explica a respeito desse elemento que a resistência resultante da fortificação pode mudar a “roda da fortuna”, ou seja, o Príncipe ganha tempo para se reerguer e conquistar a vitória.

A necessidade do soberano em administrar essa fortuna, que era instável, aponta para uma maior aproximação da *virtù*<sup>6</sup>, no caso, também pela ciência que garante o alcance do bom governo. A liberdade, da mesma forma que a *virtù*, seria um elemento que demonstrava o quanto a guerra deveria ser vencida com a correta aplicação da arquitetura militar, pois, protegido, o Estado era de fato livre, seja na paz ou na guerra.

São indispensáveis, então, algumas considerações sobre o que Luiz Gonzaga diz sobre o Príncipe<sup>7</sup>. O Príncipe deveria fortificar o seu Estado para defesa e segurança deste. Por ser o objetivo da arquitetura militar, a defesa e a segurança eram ensinadas como consequência lógica deste campo de saber: “a defesa e segurança do Estado é o que move, e é coisa, por razão da qual os Príncipes se movem a fortificar os seus Estados: logo esta defesa e segurança é objeto motivo desta Ciência” (GONZAGA, 1703, fol. 5). Para a sua conservação, e de seu Estado, ao Príncipe, é mais conveniente ter fortificação do que exército. O ideal seria possuir os dois, mas no caso de uma escolha, o Príncipe deveria optar pela fortificação, pois ganhava mais tempo para a chegada do socorro e para uma possível mudança da fortuna.

---

<sup>6</sup> Qualidades que o Príncipe deveria possuir: honra, glória, fama e liberdade.

<sup>7</sup> A palavra “Príncipe” é dita por Luiz Gonzaga cerca de 180 vezes apenas na primeira parte do seu manuscrito, que corresponde à teoria da arquitetura militar articulada aos preceitos a serem seguidos pelo Príncipe.



Na perspectiva de instrução ao Príncipe, a prudência merece destaque, além do bom ânimo e da justiça. O governante realmente deveria ser prudente, de bom ânimo e justo, pois a falsidade não seria tolerada na conquista da glória. Para ser prudente, o soberano deveria ser amado e não temido. Esses preceitos são destacados por Luiz Gonzaga, quando articula a ideia de prudência à de soberano justo. Nesse sentido, como nas palavras do padre Gonzaga, a decisão e a conveniência da fortificação competiam ao Príncipe. Por isso, é necessário que se compreenda a natureza da autoridade real, das doutrinas relativas à figura do rei para os séculos XVII e XVIII. Há, por exemplo, a questão sobre o que deveria ser priorizado na construção de sua imagem, o aparato ou a virtude.

Em sua análise sobre a figura do rei, Diogo Ramada Curto aponta para a vinculação entre aparato e virtude – tanto do monarca quanto do Estado –, sendo o poder do rei e do Estado legitimado pela cerimônia e pela virtude do rei, bem como pela magnificência, que é monopólio dos que detêm o poder. Segundo o autor, a concretização da dita virtude acontece na edificação de sepulcros, estátuas, templos, palácios e cidades. A linguagem das virtudes é apropriada na relação entre tais dimensões com a razão de Estado e com os aparelhos de dominação.

A criação e o processo de expansão do Estado moderno são marcados pelo papel da figura real, sendo que assim é fundamental perceber seu desempenho na construção do território. Os discursos sobre o Príncipe e suas virtudes informam quais eram as atribuições dos poderes do rei, no conselho e na eleição dos oficiais. O Príncipe necessitava delegar funções, sendo a organização do aparelho estatal e a moral não excludentes, mas complementares em uma mesma estrutura. É preciso identificar as “contaminações” entre razão de Estado e virtudes, ou entre organização estatal e preocupações morais. Dito de outra forma, é necessário identificar o que permanece das virtudes e da moral do rei na organização do Estado (CURTO, 1993).

Desse modo, a reflexão sobre a relação entre governo soberano e a posse de espaços construídos em novos territórios permitiu que se entendesse que para ser soberano o monarca necessitava possuir e dominar. Os portugueses desenvolveram tal prática no Rio de Janeiro através da arquitetura militar. Na relação entre poder e terreno de seu exercício está a ação política, que é identificada no conhecimento proveniente do discurso das plantas de fortificação – tanto no seu conjunto quanto vistas individualmente – e dos tratados. Para identificar os discursos, Ramada Curto desenvolveu metodologia através do estudo das regularidades discursivas.

Sendo assim, é possível entendermos que a regularidade do discurso político do Império português perpassou a ciência aplicada nos desenhos das plantas de fortificação e ensinada nos tratados de arquitetura militar. O que Curto denomina de gênero, argumento e vocábulo do discurso são identificados na arte da defesa por meio de sua linguagem e símbolos. Como ciência social embrionária, o discurso político português do século XVI (com continuidade até o século XVIII) possuiu doutrinas e objetos construídos e identificáveis em três níveis: espaço, sociedade e Estado (poder político).

Nos séculos XVI e XVII, a geografia não é apenas a representação matemática do mundo inteiro, pois novos saberes – trazidos, por exemplo, pelos Descobrimentos – requerem novos esquemas de descrição. Com isso, a geografia passa a ser instrumento de base na descrição do espaço, o que se deve muito ao seu vínculo com a história, a política e a arte militar, que lhe conferem autoridade. Para controlar o espaço, há de se conhecê-lo por meio de informações e notícias, no caso, as descrições defensivas de plantas de fortificação. Ter conhecimento do desenho da região era fundamental para estratégias de guerra, o que impôs novos arranjos à ação política, pois o espaço, a sociedade e o Estado são ressignificados pela relação entre o poder e o terreno de seu exercício, ou seja, pelo conhecimento sobre esse último. As notícias sobre a defesa do sítio português se constituíam em uma revelação do poder do monarca, já que o estado das fortificações, as obras realizadas e seus responsáveis informavam o quanto o rei era poderoso.

Na análise da relação entre a produção de conhecimento da arquitetura militar e o processo de ocupação e conquistas do Ultramar, demonstrou-se como o estudo daquelas técnicas proporciona a percepção da maneira pela qual o Estado acaba por encontrar na arquitetura militar um saber que permite o controle sobre um território. E mais, há a identificação de sua constituição, na medida em que permite tanto a forma descritiva do espaço já controlado, mas também a descrição de novas áreas que podem ser submetidas à estrutura de poder do Estado moderno.

Como estratégia para a construção do espaço colonial, Portugal investiu na arquitetura militar, ciência de defesa, que foi um instrumento de poder e de autoridade para possibilitar o governo. Através da história social da ciência como prática, ou a prática da ciência, buscou-se compreender as discussões sobre a construção do espaço, bem como a relação entre o território e o discurso político. Nesse ponto, percebeu-se a importância da articulação entre as práticas de definição das fronteiras políticos-territoriais e o cerimonial de poder dos Estados modernos, apontando como a demarcação do território se transforma e é transformada, em alguns

momentos, pelos símbolos do poder régio. O resultado foi que uma cultura política de defesa foi forjada.

### **Práticas políticas e culturais e a educação dos engenheiros**

Uma abordagem sobre a representação do poder é interessante na medida em que nos ajuda na ideia de expor os desenhos de plantas de fortificação (mobilizados administrativamente) como representação do poder do monarca na América e das resignificações desse poder localmente. A perspectiva de representação do poder na época moderna "ancorada na história do direito e na antropologia cultural – concebe como sistema político adequado à época, vários poderes independentes, com jurisdições próprias, embora admita o rei como protagonista e árbitro formal dos conflitos existentes" (BENTES MONTEIRO, 2009, p. 521).

Entende-se que esse aspecto político pode ser observado quando o assunto era a defesa da cidade do Rio de Janeiro e do Império português. Poderes em disputas por meio de seus interlocutores que emitiam opiniões sobre a forma correta de se defender a soberania régia, cujo caminho que mais chamou atenção foi o da difusão da arquitetura militar nesse contexto sociopolítico. Como um dos emblemas do universo político e cultural do Antigo Regime, o discurso de tratadistas permite que se destaque a relação entre poder, cultura e sociedade, bem como o olhar sobre as características desse poder através de aspectos culturais, para não haver o isolamento da política, da administração e do governo dos demais campos de atuação humana. Por isso, "o estudo do poder nessa época deve ter em conta a cultura do espetáculo que lhe é tão peculiar" (BENTES MONTEIRO, 2009, p. 523). Espetáculo como o da defesa proposta, o que perpassava opiniões e interesses políticos para a manutenção de privilégios e da própria soberania real.

A participação dos engenheiros denota a influência de grupos específicos nas decisões reais, no caso, quais defesas desenvolver – como projetos políticos, em última análise. Nesse sentido, é possível entender o estudo das plantas de fortificação como imagens de poder: a existência de um cerimonial de defesa, com regras próprias a serem cumpridas, além de "clientelas do poder" e de personagens rivais. Um exemplo interessante é o perfil militar do governador do Rio de Janeiro, entre os anos de 1733 e de 1763, Gomes Freire de Andrade (1685-1763). Em um teatro social cuja cerimônia era parte da política e da representação de poderes plurais (cada um com a sua própria performance), o poder de propagar esse espetáculo merece destaque. Os discursos multiplicavam a presença do poder, o que se configura em um elemento peculiar da Época Moderna. Ao analisarmos os desenhos de plantas de fortificação, tais

pressupostos foram identificados. O que permitiu que desvendássemos, a partir da defesa, o cenário político-social.

Importa enfatizar ainda que a questão da aparência do poder, tal qual a ideia de uma defesa intencionada, seria de fato uma realidade essencial. "Cultura da imagem e do espetáculo, e pluralidade de poderes nas formas (...) As festas e suas narrativas como metáforas daquele Estado moderno" (BENTES MONTEIRO, 2009, p. 537). Seria a representação do poder como o próprio poder, por exemplo, do rei, pois a atenção estava voltada para a dicotomia entre aparência e essência. Dimensões que interagem na cultura política do Antigo Regime português.

Acerca da questão de como a defesa foi sendo planejada pela administração portuguesa na América, pode-se identificar as lógicas próprias do sistema administrativo do Império. Sobre o caráter de negociação na política portuguesa no ultramar, destacamos o quanto o conceito de "autoridades negociadas" alterou a percepção do historiador no que tange a relação entre metrópole e colônia. A partir de um elevado potencial para negociar por parte da Coroa e do Ultramar, os seus representantes régios, bem como os colonos, fizeram jus aos mecanismos de representação local. No prefácio ao livro "O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)", A. J. R. Russel-Wood salienta que "os colonos conseguiam negociar as políticas e práticas da Coroa no sentido de torná-las menos opressivas e/ou mais de acordo com as prioridades, necessidades e práticas da sociedade colonial" (RUSSEL-WOOD, 2001, p. 13).

Os cargos públicos denotavam prestígio social, dentre eles os militares. Havia uma original globalidade do Império português, o que corrobora a ideia de necessidade da defesa porque os inimigos em potencial aumentavam exponencialmente. Com isso, os novos caminhos de conceitualização das relações entre metrópole e colônia chamam atenção, atribuindo o devido cuidado à especificidade dos contextos social, econômico e político da cidade do Rio de Janeiro do século XVIII. Nesse sentido, a relação colonial não foi dualista e nem bipolar. Um exemplo disso, que reforça o argumento do aumento de necessidade de defesa, é que o porto do Rio de Janeiro não era uma mera escala dos navios portugueses, mas possuía participação ativa no processo do comércio e das trocas culturais no Índico e no Oriente.

Cabe perceber em que medida houve no terreno da América lusa resignificações de práticas e de mentalidades do Antigo Regime. Para tanto, importa examinar as instituições e o governo em um contexto de trocas pelo Atlântico, através, por exemplo, da distribuição de mercês como instrumento de representação e do reforço da hierarquia. Nesse processo de

negociação, as questões de defesa também foram impressas. É a isso que se faz referência quando se dedica atenção ao conceito trabalhado de cultura política de defesa, pois os desenhos eram negociados, de modo a servirem de instrumentos de mediação do poder político, até mesmo na construção da urbanização.

Os organizadores da obra "O Antigo Regime nos Trópicos", em sua introdução, dedicam espaço para discutir a ideia, já destacada anteriormente, de que o Brasil *colônia* apenas pode ser compreendido quando pensado como parte de um Império, ou seja, um novo olhar sobre essa história, não focada só nas relações econômicas (FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2001). O tema da defesa circulou e fomentou as práticas políticas e administrativas imperiais. Com isso, é necessário pensar as relações entre metrópole e colônia para além de uma economia dual. Refletindo a respeito da estabilidade do Império pela via da negociação, observa-se que não havia diferença quando o assunto era a defesa. A lógica do poder e a lógica de defesa foram negociadas entre as partes do Atlântico. A sociedade no Rio de Janeiro foi forjada pela cultura política de Antigo Regime. "Conquistas e lutas que, feitas em nome *del Rey*, deveriam ser recompensadas com mercês – títulos, ofícios e terras" (FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2001, p. 24).

Em uma "economia política de privilégios", a lógica de governo previa o serviço ao rei, pois pacto e soberania marcavam a cultura política de Antigo Regime. Maria de Fátima Silva Gouvêa (2001) definiu como central nessa dinâmica o fato dos mecanismos jurídicos e administrativos da Coroa portuguesa terem sido transferidos para o Rio de Janeiro. Em um território governado pela e para a defesa, esse sistema deve ser mais bem compreendido. Pelo exposto, intenta-se responder como a cultura política de defesa foi identificada, como seguiu-se as pistas, e os indícios valorativos da cultura e da política portuguesa e colonial, através dos pressupostos que direcionaram a construção da defesa do território.

Ainda sobre como administrar e governar no Antigo Regime português, para responder acerca do aumento de problemas específicos das conquistas, houve a criação do Conselho Ultramarino em 1642. Segundo o seu Regimento, era de sua responsabilidade os assuntos concernentes ao território ultramarino, seu sentido era decidir autonomamente sobre as partes da conquista. Fato que acarreta a sua apropriação de competências de outros órgãos da administração, ou seja, a concentração de poderes nas mãos dos conselheiros do ultramar de questões anteriormente sob a tutela dos Conselhos da Fazenda, da Justiça e da Guerra.

Nesse período, os fundamentos políticos giravam em torno da "mercê [e da] graça [o que] corresponde, portanto, à ação *voluntária* do rei, ação essa que ocorre por iniciativa do monarca,

independentemente de os vassallos solicitarem, ou não, a sua intervenção" (CARDIM, 2005, pp. 49 e 53). Dentre as práticas administrativas do Antigo Regime, estava a dicotomia entre atributos e limitações por partes dos agentes envolvidos. Governar era o mesmo que executar, gerir projetos e o funcionamento do reino, mas sem "uma identidade jurídica própria", no caso do Conselho Ultramarino. Já administrar estava relacionado ao objeto a ser administrado, administrar algo.

Trata-se de um governo marcadamente vinculado às questões militares e que tinha a característica de possuir grupos corporativos, com dispositivos institucionais que satisfaziam as necessidades coletivas. "Quanto à Coroa, não era um sujeito unitário, mas sim um agregado de órgãos e de interesses pouco articulados entre si (...) estando longe de funcionar como um polo homogêneo de intervenção sobre a sociedade" (CARDIM, 2005, p. 53). Como nos Conselhos, havia uma auto-organização dos organismos governamentais. Desse panorama da natureza corporativa da administração resulta a importância do estudo da documentação administrativa, a partir do que havia sido resolvido no âmbito do Conselho Ultramarino, no que competia à defesa da cidade do Rio de Janeiro.<sup>8</sup>

É preciso ter em conta que administrar e governar no período possuíam articulações diferentes das que observamos na contemporaneidade, pois os contextos social e cultural eram distintos. "A ação administrativa do Príncipe, para além de não ser unitária nem homogênea, contava com a presença, a seu lado, de uma série de dispositivos administrativos de natureza corporativa" (CARDIM, 2005, p. 54). Esse jogo político entre o rei e o seu corpo político pode ser identificado quando da atuação dos engenheiros enquanto promotores de saber e da administração política concomitantemente, isto é, o diálogo para o ensino nos tratados de arquitetura militar era, em sua maioria, com o Príncipe (pelo poder do Príncipe), mesmo que as decisões quanto ao desenho defensivo fossem tomadas, por exemplo, no âmbito do Conselho Ultramarino. O Príncipe legitimava o saber e era por ele legitimado. Mas a administração sobre e para a defesa acontecia pelas decisões que passavam pelo crivo do Conselho Ultramarino e pela Câmara do Rio de Janeiro.<sup>9</sup>

Pode-se constatar que o equilíbrio político-cultural era mantido por uma pluralidade de forças que atuavam sobre o território. Assim, a ordem acontecia por meio da associação dos poderes de modo horizontal. Nas atividades do poder recaíam as resoluções de conflitos entre

---

<sup>8</sup> Temática de outros estudos por nós realizados.

<sup>9</sup> Essa última documentação foi amplamente estudada por Maria Fernanda Bicalho em seu livro. BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império**: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

esferas de interesses, por exemplo, nos tribunais que julgavam e governavam. "O Príncipe, ao conceder um ofício ou uma mercê, era visto como uma entidade que desempenhava um papel de dispensador de recursos jurídicos, e não tanto como um 'legislador' ou um 'administrador'" (CARDIM, 2005, p. 58). Ao dispensar esses recursos, o monarca, em termos da defesa político-administrativa, munia seus vassalos de condições para tal atividade, pois as instituições não possuíam nenhuma identidade jurídica autônoma face ao Príncipe. Como partes do corpo régio, o Conselho era um meio pelo qual o rei tomava as decisões, não havendo poder autônomo, portanto: o Conselho Ultramarino era extensão do braço do rei.

### **Dos conceitos desenvolvidos no ensino da arquitetura militar e ressignificados na administração das cidades luso-americanas**

Em meio aos principais embates concernentes à arquitetura militar – se arte ou ciência, sua utilidade e sobre a escolha dos sítios para edificação de uma fortaleza –, os autores portugueses desses textos para a defesa defendiam que os princípios dessa ciência deveriam ser aplicados no sentido de garantir o “bom governo”. Sendo assim, o modo de governar do Estado moderno português era caracterizado por uma organização racional, generalizada e abstrata, que lançava mão de instrumentos para representá-lo e legitimá-lo. Para as estratégias em torno da defesa, os instrumentos eram os discursos teóricos e práticos: os tratados de arquitetura militar e os desenhos das plantas de fortificação, respectivamente. Através dessa dinâmica política, é possível compreender os motivos que levaram dois jesuítas, mesmo com suas missões religiosas, a priorizar o serviço ao rei. Diogo Soares,<sup>10</sup> como funcionário de D. João V, representava seu soberano e cumpria suas ordens para a concretização do domínio do território. E Luiz Gonzaga, como mestre desse último monarca e preceptor de D. Pedro II, pôde ensinar a ambos que a defesa era a base do governo real.

Nesse sentido, a criação do discurso para o bom governo do Estado atrelado à defesa ganhou destaque quando os limites de acesso dos outros soberanos foram impostos pela guerra ou a iminência dela. A soberania foi responsável por articular saber e poder na representação, gerando estabilidade física e política. A manutenção da paz e dos domínios em associação ao ensino e à aplicação da arquitetura militar como característica do soberano foi exatamente o mote

---

<sup>10</sup> Padre matemático enviado por D. João V para cartografar a América portuguesa, em 1729. OLIVEIRA, Luiza Nascimento de. Dissertação de Mestrado: “Plantas de Fortificação do Rio de Janeiro: arquitetura militar e a defesa do Império (1700-1730).” PUC – Rio, 2014.



de discussão dos tratados de arquitetura militar, o que confirma a nossa hipótese de textos marcadamente políticos. O Estado territorial soberano português devia ser engendrado pela aplicação, muitas vezes representativa, daquela ciência.

Como o Estado – bases do núcleo de urbanização – e a fortificação deram origem ao urbanismo colonial português, não há como entender esse fenômeno por completo sem abordar os aspectos da ciência de defesa, com os seus ensinamentos. O que reforça a ideia de os engenheiros serem entendidos como funcionários do urbanismo, dotados de conhecimentos específicos para tal finalidade. Nosso trabalho prioriza exatamente essas minúcias com relação à política de administração da América portuguesa para a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

A criação e o processo de expansão do Estado Moderno são marcados pelo papel da figura real, sendo assim, perceber seu papel na construção do território foi fundamental. Segundo os ensinamentos, para a aplicação portuguesa da arquitetura militar, a ciência precisava ser desenvolvida para a defesa do Estado, mas também para a proteção do Príncipe. Com isso, as propostas articulavam técnica e governo do Estado. O monarca deveria promover determinadas ações, tais como a defesa com a promoção de bons engenheiros, a correta aplicação das técnicas e praxes da arquitetura militar associada ao bom governo. O que foi identificado como uma das respostas aos conflitos vigentes para que Portugal mantivesse seu governo soberano tanto no Reino, como nas Conquistas. Havia a exploração da dinâmica entre a arquitetura militar e o domínio espacial, pois o que definia o melhor terreno para a formação de um Estado, de um espaço a ser habitado, era a possibilidade de melhor defesa. Portanto, o interesse do Estado estava articulado ao exercício da ciência, sendo esta útil às circunstâncias de governo.

Por esse vínculo das aulas de arquitetura militar com as ideias de conveniência, necessidade e utilidade, estamos entendendo os tratados como escritos para legitimarem o Estado português. A análise precisou seguir as dimensões morfológica: dos conceitos, como soberania e Estado. E a sintética, isto é, das normas.<sup>11</sup> A análise morfológica dos textos tem como resultado a percepção da dimensão da defesa no processo de colonização portuguesa da América. Ao observarmos, portanto, alguns aspectos que transformaram a cidade do Rio de Janeiro durante o século XVIII, especialmente aqueles relacionados ao seu sistema de defesa, pode-se pontuar o quanto a sua formação foi regida pela defesa. Embora os sítios fortificados apareçam em cartas

---

<sup>11</sup> Assunto debatido por nós com maior cuidado em outras oportunidades.

geográficas da cidade do Rio de Janeiro, as plantas de fortificação e a arquitetura militar também foram instrumentos estratégicos diretamente relacionados ao discurso político moderno, desdobrando-se até mesmo em ação política do Estado português no além-mar e que ganhou muita força a partir da Restauração de 1640.

O conhecimento das teorias e das técnicas da arquitetura militar era essencial para a atuação do engenheiro militar formado em Portugal, sobretudo nesse período pós Restauração. Este saber era o que diferenciava os engenheiros de outros agentes importantes no processo de construção do Estado Moderno. Interessou-nos, portanto, entender de que forma os engenheiros militares empregados para atuar, seja em Portugal, seja no ultramar, recorriam aos preceitos da arquitetura militar para defender os projetos e as ações nos espaços da cidade.

O caráter arcaico da sociedade portuguesa impedia que o Estado se comportasse como uma metrópole que acumulava recursos previamente. Por sua vez, os recursos coloniais garantiam a manutenção daquela sociedade aristocrática. Essa impossibilidade de acúmulo por parte da aristocracia portuguesa permitiu que os comerciantes do Brasil assim o fizessem através, por exemplo, do tráfico atlântico de escravos. A acumulação prévia, antes mesmo da segunda metade do século XVIII, por parte da elite mercantil carioca foi o que possibilitou a sua autonomia colonial perante a metrópole.

No entanto, a articulação entre a formação do Estado Moderno e a dos territórios está na base de uma centralização do poder das monarquias absolutistas, pois o que justificou o absolutismo e seu domínio territorial foi a teoria da soberania e seu poder indivisível em determinado espaço, construído em território de exercício do poder soberano. A partir da concepção de patrimônio territorial é que a figura do monarca começa a ser legitimada: o Estado absolutista percebido como o segundo corpo do rei. Nesse sentido, para esse espaço ser demarcado, houve a necessidade de instrumentos, como as plantas de fortificação, e a posterior construção política da jurisdição do domínio territorial.

Assim, no século XVIII, para governar, há de se investir nas técnicas de descrição do terreno para posse e proteção dos domínios e, para a confecção de tal discurso, a arquitetura militar foi ensinada e aplicada, havendo a conexão entre a ciência e a construção do território. A partir da história do território, pode-se perceber as dimensões do processo de construção do exercício do poder – que é a transformação do próprio espaço em território –, sendo assim, a lógica desse movimento está relacionada aos procedimentos de governabilidade para a construção

do território, como a arte da defesa e a aplicação da arquitetura militar. Tal perspectiva nos remete à dinâmica do desenho e seu uso para a posse e governo do espaço como exemplos de processos culturais (MOREAS, 2005).

Então, observou-se a constante necessidade da autolegitimação do poder através das práticas culturais e dos símbolos régios. Por sua vez, tem-se uma discussão fundamental para o entendimento das práticas políticas de Portugal no Ultramar a respeito do referencial simbólico que possibilitou o sentimento de pertença e o julgamento positivo no ato de prestar serviço à Coroa. As diversas partes do corpo do Império deveriam produzir concórdia, isto é, concordar “para a manutenção da soberania de uma comunidade” (LUZ, 2007, p. 553), com o alcance do bom governo e do bem comum.

Sendo assim, os textos dos tratadistas estudados apontam para uma concepção de Estado territorial soberano porque Portugal necessitava legitimar o domínio sobre suas possessões, tanto no Reino como nas Conquistas, e isso através do uso correto das técnicas da arquitetura militar. Para a análise das condições de existência do Estado territorial moderno, o cientista político Paulo Esteves estuda a soberania – poder mais saber – como regime de poder apto à formação deste Estado. Para que a autoridade real obtivesse afirmação, o conceito de soberania fora o instrumento utilizado diante das múltiplas fontes de poder feudais. A soberania é a chave para o controle de indivíduos, grupos e territórios no momento de desordem.

Esteves aponta para dois momentos: Hobbes e a associação da soberania com a estabilidade, ordem e segurança, e Rousseau, com relação à justiça. No entanto, o sentido deste suporte das práticas políticas não foi construído de forma homogênea. A constante tensão gerada pela multiforme produção semântica do conceito de soberania demonstra a necessidade de compreendê-lo.

Há de se pensar em uma genealogia do Estado territorial soberano, sendo sua emergência apontada no ano de 1648, com os tratados de Vestfália para finalizar a Guerra dos Trinta Anos. Em meio aos conflitos religiosos do século XVI, e a perda da ideia de Império universal, o Estado territorial passa a ser a solução. Para o restabelecimento da paz, o modelo vertical de relações sociais é substituído pela ordem política cujo argumento é o termo soberania, para no século XVII “transforma-se no princípio organizador da vida política e social” (ESTEVEES, 2006, p. 23). Para justificar a administração monárquica, o conceito de soberania está no discurso

jurídico-político. Sendo assim, como princípio de certeza e de ordem, a soberania permite práticas de sujeição e territoriais que legitimam as fronteiras do Estado territorial soberano.

O governante é atribuído, por um quadro político, de direito e das prerrogativas para o exercício do poder. O principal argumento para que o regime de poder da soberania obtivesse êxito é a possibilidade de dirimir conflitos, tanto internos quanto entre Estados; “em decorrência da construção do regime de poder da soberania e de seu dispositivo de representação, as instituições políticas, em especial o Estado territorial, seriam capazes de normalizar as relações no interior da sociedade e entre estados territoriais distintos” (ESTEVEES, 2006, p. 27).

O papel do poder político é a guerra silenciosa para que o exercício do poder soberano possa ser garantido. A representação, ao articular saber e poder opera a continuidade do poder político, na medida em que ressalta o caráter instável da sociedade. Com a representação da soberania, o desequilíbrio é manifesto, e a necessidade desse regime corroborada; “o dispositivo da representação deverá engendrar estratégias e conhecimentos capazes de conter a luta e manter a disposição do campo de forças” (ESTEVEES, 2006, p. 28). A manutenção da paz, e como consequência dos domínios, é a principal função do Estado territorial soberano. Sendo a legalização da ordem no Estado territorial evidenciada na elaboração das fronteiras.

A guerra (ou a iminência de) é a estratégia de controle por parte do soberano, representando nas fronteiras de seu Estado territorial os limites de acesso dos outros soberanos. É nesse ambiente que se estabelece a criação do discurso para o bom governo do Estado.<sup>12</sup> O Estado territorial munido do monopólio do uso da força tinha a guerra como estratégia para conduzir a razão de Estado. A forma política do Estado territorial soberano prosperou por um regime de poder, qual seja, a soberania. E esta foi responsável por articular saber e poder na representação, gerando estabilidade física e política. Na discussão dos tratados de arquitetura militar, havia a associação entre o ensino e a aplicação daquela ciência para manter a paz e o poder soberano.

### **Considerações finais**

Refletindo sobre as relações imbricadas entre a ciência e a política, se tornou possível entender a própria delimitação da arquitetura militar. Para tanto, foi necessário identificar que

---

<sup>12</sup> Esse discurso “tem como objeto a disposição das coisas – seja o território e suas riquezas ou os súditos e seus impostos. Sob o estado territorial soberano, o discurso sobre a arte de governar ganha a forma de razão de Estado”. ESTEVEES, Paulo. “Para uma genealogia do estado territorial soberano”. Dossiê Política Internacional: temas emergentes – *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n° 27, pp. 15-32, novembro de 2006, p. 28.

domínio e território são construções, palco de exercício do poder. Sobre a lógica e a apropriação do espaço, existem padrões no processo da dominação política que puderam ser observados. Portanto, a formação territorial precisa ser percebida como um processo cumulativo das bases das relações sociais. Sendo necessário analisar as dimensões política, econômica e cultural do espaço para compreender a sua formação processual em seus múltiplos aspectos. E como patrimônio de uma dominação política precedente, o espaço responderá à lógica, aos padrões desse corpo social. Resultado histórico, o território precisa ser estudado à luz de sua origem e desenvolvimento.

Para que houvesse concórdia, ou manutenção da política de privilégios, era necessária a divulgação das bases desse acordo. Esse sistema político era, então, divulgado por meio de símbolos do poder. É nesse jogo que as práticas culturais ganhavam formas imagéticas, como é o caso dos desenhos de plantas de fortificação - ensino da arquitetura militar - que representam ideais e valores da Coroa. Nesse sentido, “a propaganda política provê o amálgama afetivo dos súditos ao Império, reduzindo as distâncias físicas na escala de suas afinidades simbólicas, gerando sentimento de pertença ao Império e reafirmando a sua hierarquia” (MORAES, 2005, p. 558). Para que o monarca cumprisse sua função de garantir a paz e o bem comum, ele deveria governar com justiça, por meio de uma negociação alicerçada na política de privilégios. Sendo assim, a defesa de seu domínio estaria assegurada. É nessa perspectiva que o rei era representado pelos autores de plantas de fortificação, como por exemplo, Diogo Soares. Pois, esse geógrafo ao inserir a designação "geógrafo de sua majestade" em seus desenhos afirmava que a sua autoridade estava em ser servo do rei D. João V, e que estava prestando um serviço a esse monarca. Portanto, ao produzir para corroborar a Conquista, Soares insere-se na dinâmica do poder hierarquizado.

#### **Fontes e Referências bibliográficas:**

##### **Fontes:**

Autor desconhecido. “Tratado da Arquitetônica”, ca. 1705. ANTT, Manuscritos de Livraria nº 1809.

ESTEVÃO, Luis. "Tratado da Arquitetura militar, ou Fortificação moderna. Tratado da ofensiva, e defensiva das Praças", 1713. BNP, Manuscritos reservados COD. 5209.

FORTES, Manoel de Azevedo. "O Engenheiro Portuguez", 1729. Vol. 1 e 2.

\_\_\_\_\_. "Tratado do Modo de Fazer as Cartas Geográficas", 1722. BNP, F 7698.

\_\_\_\_\_. "Oração Acadêmica que pronunciou Manoel de Azevedo Fortes, na presença de suas majestades, indo da Academia ao Paço em 22 de Outubro de 1739". Biblioteca da Ajuda, COD. Mon. 55-II-1, n° 7.

\_\_\_\_\_. "Representação Feita à S. Majestade, que Deus Guarde." Biblioteca da Ajuda, COD. Mon. 55-III-34.

GONZAGA, Luiz. "Exame Militar", 1703, fol. 2. Biblioteca da Ajuda, COD. MS. 46-VIII-26.

MARINI, Luigi. *Biblioteca Istorico-critica di fortificazione permanente*. Roma, Mariano di Romanis e Figli, 1810.

MATTOS, Manoel Antonio de. "Compêndio de tática militar e fortificação", 1705. BNP, Manuscritos reservados PBA 105//27.

\_\_\_\_\_. "Tratado Matemático Da Arte de Monitorar as Praças", 1709. BNP, Manuscritos reservados COD. 5176.

MEDRANO, Sebastián Fernández de. "El Architecto Perfecto en el Arte Militar, dividido en cinco libros", 1708. Biblioteca Nacional de Espanha [versão digitalizada].

PFEFFINGER, Johann Friedrich. "Fortificaçam moderna ou recopilaçam de differentes methodos de fortificar de que se usão na Europa os espanhoes, francezes, italianos e hollandezes", 1713. Traduzido por: Maia, Manoel da, 1677-1768, trad.; Deslandes, Valentim da Costa, fl. 1703-1715, impr. BNP, Manuscritos reservados RES 4556P.

PIMENTEL, Luís Serrão. "Tratado da opugnação e defesa das Praças", ca. 1644. BNP, Manuscritos reservados COD 1640.

\_\_\_\_\_. "Architectonica Militar ou Fortificação moderna", 1661. BNP, Manuscritos reservados COD 13473.

\_\_\_\_\_. "Método Lusitano de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares. Fortes de Campanha e outras obras pertencentes à arquitetura militar. Distribuído em duas partes, Operativa e Qualificativa (1680)." BNP digital: <http://purl.pt/24485>  
Sem autoria. "Arquitetura militar, ou Fortificação", 1663. BNP, Manuscritos reservados COD 2146.

SOARES, Diogo. "Novo Atlas Lusitano ou Teatro Universal do Mundo Todo (1721)." Biblioteca Nacional de Portugal.

VELLOZO, Diogo da Silveira. "Arquitetura militar ou fortificação moderna. Transcrito e comentado por Mário Mendonça de Oliveira." Salvador: EDUFBA, 2005.

#### Referências bibliográficas:

ABREU, Mauricio de Almeida. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**, vols. 1 e 2, 2010.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. Da colônia ao Império: um percurso historiográfico. **O governo dos povos**. Laura de Mello e Souza; Junia Ferreira Furtado e Maria Fernanda Bicalho (Orgs.). São Paulo. Alameda, 2009.

- BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português: 1415-1825**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1969.
- CARDIM, Pedro. 'Administração' e 'governo': uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regim. **Modos de Governar**: ideias e práticas políticas no Império português (séculos XVI-XIX). Organização Maria Fernanda Bicalho, Vera Lúcia Amaral Ferlini. São Paulo: Alameda, 2005.
- CAVALCANTI, Nireu Oliveira. **O Rio de Janeiro setecentista**: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CURTO, Diogo Ramada. A cultura política. MATTOSO, José (Org.). **História de Portugal – Volume III**. No alvorecer da modernidade (1480-1620). Coimbra: Estampa, 1993.
- ESTEVEVES, Paulo. Para uma genealogia do estado territorial soberano. Dossiê Política Internacional: temas emergentes – **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n° 27, novembro de 2006, pp. 15-32.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). João Fragoso; Maria Fernanda Bicalho; Maria de Fátima Gouvêa (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- LARA, Sílvia Hunold. **Fragmentos Setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LUZ, Guilherme Amaral. Produção da concórdia a poética do poder na América portuguesa (sécs. XVI-XVIII). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 23, n° 38, pp. 543-560, jul/dez. 2007.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O rei no espelho**: a monarquia portuguesa e a colonização da América: 1640-1720. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.
- \_\_\_\_\_. Aparente e essencial. Sobre a representação do poder no Estado Moderno. **O Governo dos povos**. Laura de Mello e Souza; Junia Ferreira Furtado e Maria Fernanda Bicalho (Orgs.). São Paulo. Alameda, 2009.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Território e História no Brasil**. São Paulo, Annablume, 2005.
- OLIVEIRA, Luiza Nascimento de. Dissertação de Mestrado: “Plantas de Fortificação do Rio de Janeiro: arquitetura militar e a defesa do Império (1700-1730).” PUC – Rio, 2014.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Histórias do Atlântico português**. Ângela Domingues; Denise Moura (Org.). São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- \_\_\_\_\_. **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). João Fragoso; Maria Fernanda Bicalho; Maria de Fátima Gouvêa (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Encruzilhada do império**: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c.1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.



VIANNA, Alexandre Martins. "O ideal e a prática de governar: o Antigo Regime no Brasil colonial, 1640-1715." Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.